

A questão do analfabetismo hoje

Robinson Janes¹

Resumo: A questão do analfabetismo, hoje, continua sendo um problema não resolvido na sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao analfabetismo de jovens e adultos. Apesar de estar entre as maiores economias do mundo, o Brasil convive ainda com 15 milhões de analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos – o que equivale à população do Chile ou três vezes a de Israel. Nossos filhos e netos se saem melhor que nós, mas, ao final, a estrutura social permanece igual. Abstraindo a história e só olhando de forma quantitativa – esse é, aliás, o perigo de tomar os indicadores em si mesmos, como números fora do contexto a cada 10, 20 ou 30 anos -, o perfil da população mudou bastante. Mas isso ocorre mais por força da lei da vida do que por opções políticas no sentido de construir uma outra sociedade, uma sociedade de mais dignidade humana e de mais liberdade.

Palavras-chave: analfabetismo, educação, jovens e adultos.

A questão do analfabetismo, hoje, continua sendo um problema não resolvido na sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao analfabetismo de jovens e adultos. Faz não menos de 500 anos, ou seja, cinco séculos, ou ainda, meio milênio, que governo após governo protela tal questão.

Apesar de estar entre as maiores economias do mundo, o Brasil convive ainda com 15 milhões de analfabetos com idade igual ou superior a quinze anos – o que equivale à população do Chile ou três vezes a de Israel. Estas afirmações são feitas no Caderno Especial Trainee, assinadas por Carolina Manol e Diego Viana, que o jornal Folha de S. Paulo (27/03/2001) lançou sobre o tema, cujo título é: “A mancha do analfabetismo”.

¹ Professor do Departamento de Administração e Supervisão Escolar – Faculdade de Filosofia e Ciência – UNESP – Marília. E-mail: robi@marilia.unesp.br

A Alfabetização é um princípio básico da cidadania que o Brasil ainda não conquistou para 13,3 % dos seus habitantes. Fora isso, 29,4 % da população do país é formada por analfabetos funcionais – pessoas que não completaram os quatro primeiros anos do ensino fundamental.

Além de ser um direito assegurado pela constituição, a alfabetização dos brasileiros, bem como a sua educação regular, seria crucial para que o Brasil implementasse o crescimento econômico e melhorasse o seu **índice Gini**, que contabiliza a desigualdade social, um dos piores do mundo (o Brasil ocupa o 79º lugar entre os países). É o que defende um número cada vez maior de economistas e analistas sociais brasileiros que, sem desconsiderar o fator humanístico ou político da alfabetização e da educação, têm concentrado suas análises no impacto negativo causado à economia do país pela má formação educacional do brasileiro.

Dados do IBGE mostram que, nas regiões brasileiras com maior analfabetismo, os salários são mais baixos. No Nordeste, onde a alfabetização é a menor do país (72,5 %), o rendimento médio é de apenas 2,4 salários. Já no Sudeste, ao mesmo tempo em que a taxa de pessoas alfabetizadas é de 91,9 %, a remuneração cresce para 4,7 salários.

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), onde atuam alguns dos principais defensores da tese, indicam que 40 % da desigualdade no país resulta da diferença de nível educacional.

Segundo um estudo feito pela PUC/RJ (Pontifícia Universidade Católica), cada ano de estudo pode incrementar o salário em 11,25 % ao ano. De acordo com esse dado, a diferença entre os salários de um analfabeto e de uma pessoa que fez curso superior pode chegar a 636 %.

“A educação parece ser o fator mais importante na produção de desigualdade de renda”, afirma Reynaldo Fernandes, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) de Ribeirão Preto/SP, autor do estudo “Grau de Cobertura e Resultados Econômicos do Ensino Supletivo no Brasil”.

Para muitos economistas, além de aumentar os salários e diminuir a desigualdade de renda, a educação pode gerar desenvolvimento econômico. “Uma maior desigualdade age como um freio no desenvolvimento porque produz uma mão-de-obra menos produtiva” diz o professor Francisco Ferreira, da PUC-RJ, que está preparando o estudo “Por que o Brasil é um país tão desigual?”.

A alfabetização de trabalhadores brasileiros teria um impacto, em média, de 20% na renda individual e de 2% no PIB do país, de acordo com o pesquisador Ricardo Paes de Barros, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). (Folha de S. Paulo, 27/03/2001).

Segundo reportagem de Daniel Leitão, do jornal supra citado, entidades civis, empresas, igrejas e sindicatos se organizam para suprir lacunas do ensino público na educação fundamental de jovens e adultos.

Nos últimos 11 anos, ONGs, sindicatos, igrejas e outras entidades civis vêm se mobilizando e gerando uma miríade de projetos que oferecem educação fundamental a jovens e adultos brasileiros. Só o catálogo on-line da Rits (Rede de Informações do Terceiro Setor), por exemplo, registra 284 entidades com projetos de alfabetização.

Essas iniciativas civis envolvem as mais variadas organizações, desde o Sesi (Sistema Nacional da Indústria) até o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), passando pela Igreja Católica e várias outras igrejas cristãs.

Para Sérgio Haddad, secretário executivo da Ação Educativa – uma das maiores ONGs paulistas dedicada à educação -, esse crescimento se deve à “ausência de iniciativas governamentais significativas”, desde a extinção do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), em 1990.

“Há uma nítida opção no atual governo pelo ensino regular (de crianças)”, diz a educadora Mariana Raposo, do Departamento Nacional do Sesi.

O ministro da educação Paulo Renato de Souza, disse à Folha, que a atual política do governo federal é financiar entidades privadas para que alfabetizem adultos. “Todo o nosso programa de combate ao analfabetismo é feito de maneira terceirizada.”

Para Hélio Amorim, coordenador do Ibeac (Instituto Brasileiro de Estudos e Ação Comunitária), que apoia cursos comunitários de alfabetização de adultos no Estado de São Paulo, “as escolas públicas são pouco flexíveis e não conseguem atender jovens e adultos porque eles têm vergonha e pouco tempo para voltar a estudar.”

Especialistas dizem que as escolas públicas deveriam oferecer cursos supletivos mais compactos e sem um ano letivo fixo, de tal forma que o aluno pudesse suspender sua frequência às aulas sem ser prejudicado, quando seu trabalho exigisse.

Os próprios alunos apontam entre as vantagens dos cursos da sociedade civil a maior proximidade de sua casa e o fato de se sentirem mais à vontade tendo vizinhos como colegas de classe.

O sistema público não conseguiu atender a Amanda Barbosa, 17, “Quando fui me inscrever no supletivo de uma escola pública, riram de mim e disseram que não ia encontrar vaga em lugar nenhum”, conta a jovem. Desde fevereiro, ela é aluna do curso comunitário que funciona no salão de uma paróquia em Taboão da Serra (Grande São Paulo).

No que tange ao investimento de empresas, o acirramento da competição empresarial verificado na última década, tem levado o setor produtivo a investir na educação de seus trabalhadores. O número de adultos matriculados nos cursos supletivos do Sesi (Serviço Social da Indústria), por exemplo, saltou de cerca de 150 mil, em 1.997, para mais de 1 milhão no ano passado. Para a educadora do Sesi paulista, Concetta Iannaccaro, “trata-se de um trabalho bonito, mas que não deveria ser necessário. O empresário está fazendo a parte dele, só não sei até que ponto o governo está”. (Folha de S. Paulo, 27/03/2001)

Os índices indicam uma discriminação racial também na questão do analfabetismo. Para o geógrafo Milton Santos, “O que está havendo no Brasil é uma preocupação estatística de educação”. Maioria populacional do país (54 %), os brancos têm apenas uma pequena quantidade de analfabetos (8,4 %) e analfabetismo funcional (22,7 %). Entre os pardos (39,5 %) e pretos (5,7 %), o índice de analfabetismo chega a 20,7 % e 21,6 %, respectivamente, e o analfabetismo funcional 40,7 % e 41,8 %, respectivamente. Juntos, eles somam 21.836.051 pessoas segundo o Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios), de 1998, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Para que se altere o quadro brasileiro de exclusão e injustiça, o geógrafo, que lançou no início de 2001 o livro: “O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21”, defende a revolução social. “Como não se quer fazer esse combate, o limite está chegando. Estamos chegando a todos os limites”, afirmou em entrevista a Ana Gabriela Roiffe. (Folha de S. Paulo, 27/03/2001).

Segundo o governo, a meta é erradicação do analfabetismo até 2010, conforme entrevista do ministro da educação à Sandro Lima (Folha de S. Paulo, 27/03/2001).

Há seis anos à frente do Ministério da Educação, Paulo Renato Souza, traçou uma política de educação com ênfase no Ensino Fundamental a fim de reverter os péssimos indicadores sociais. A principal atitude foi centrar esforços no combate ao

analfabetismo – há ainda 15 milhões de analfabetos no Brasil. Para isso, o MEC lançou diversos programas, entre eles o Fundef e o Alfabetização Solidária. Outro ponto, destacado pelo Ministério, foi a aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação). Houve conquistas importantes, como a inclusão de 97 % das crianças de 7 a 14 anos na escola. Por outro lado, há problemas: muitos professores sem qualificação adequada, elevadas taxas de repetência e ensino de baixa qualidade.

Críticos da política educacional dizem que o governo acerta no atacado, esforçando-se para colocar todas as crianças na sala de aula, mas erra no varejo, por não melhorar a qualidade do ensino.

Com um orçamento de R\$ 16 bilhões para a educação em 2001, o ministro tem planos ousados. Um deles é criar condições para que as principais metas do PNE, a alfabetização de 10 milhões de jovens e adultos em cinco anos e a erradicação do analfabetismo no Brasil até o final da década, sejam cumpridas. Paulo Renato pretende deixar o cargo com uma taxa de analfabetismo de 9 %.

Essas três ações do governo na área educacional têm sido criticadas. Para o deputado federal Agnelo Queiroz (PC do B – DF), membro da Comissão de Educação da Câmara, que não concorda com o êxito alardeado pelo governo na área educacional, “Com esse ensino de má qualidade não seremos competitivos no mundo globalizado”.

Para Sérgio Haddad, presidente da ABONG – Associação Brasileira de ONGs, “o Fundef é discriminatório, pois não contempla a matrícula de jovens e adultos”.

O Alfabetização Solidária, Programa de Educação de Jovens e Adultos, coordenado por uma ONG, presidida pela primeira dama Ruth Cardoso e que treina pessoas de comunidades carentes para se tornarem alfabetizadores, também sofre críticas.

Para a deputada federal Esther Grossi (PT/RS), presidente da Subcomissão de Educação de Jovens e Adultos e fundadora do Geempa (ONG que alfabetiza jovens e adultos), o programa é um equívoco, pois usa leigos para alfabetizar e não utiliza metodologia adequada.

O PNE (Plano Nacional de Educação), aprovado em janeiro, não alcançará a meta de erradicar o analfabetismo até o final desta década.

De acordo com Marcelo Medeiros, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mesmo com investimentos pesados será difícil cumprir

o PNE porque o país ainda tem um grande estoque de analfabetos adultos. “É um ônus do passado”.

O estudo: “O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico”, feito por ele em 1.999, mostrava que de 1980 a 1991, a participação de analfabetos com mais de 30 anos no total da população sem nenhuma instrução subiu de 54 % para 61 %.

Nos presídios também ocorrem iniciativas de alfabetização de Jovens e Adultos, segundo reportagem de Diego Viana (Folha de S. Paulo, 27/03/2001), a taxa de analfabetismo na Casa de Detenção do Carandiru/SP, medida pelo Boletim de Ocorrência, é calculada em 7 %, mas cerca de 84 % dos presos chegam com o Ensino Fundamental incompleto, segundo o Ilanud (Instituto Latino Americano para as Nações Unidas).

As aulas nos presídios do Estado de São Paulo são ministradas pela Funap (Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel), ligada à Secretaria de Administração Penitenciária. Hoje a Funap tem 10 mil alunos, 6 mil deles sendo alfabetizados. A Funap existe desde 1976, mas o projeto de educação estruturado começou em 1988. Atualmente, atinge as 63 penitenciárias do Estado de São Paulo.

Os mais violentos dificilmente se dispõem a ir à escola, mas os que vão se transformam, segundo Washington, ex-presidiário e professor no presídio. Diz, também, que as frequentes transferências é um fator que atrapalha o aprendizado, pela rotatividade de alunos.

O Ensino Médio foi implantado pelos próprios detentos que, terminado o Ensino Fundamental, decidiram continuar a estudar. Apesar da dificuldade para conseguir verbas, receberam um pequeno espaço, onde ensinavam uns aos outros o que soubessem melhor.

A gerente de educação da Funap, Maria de Lourdes Tienai Ida, diz que até o final do ano a intenção é chegar a 12,5 mil alunos. Para ela, ainda há muito a ser feito, porque 10 mil alunos é muito pouco em um universo onde a taxa de escolaridade é extremamente baixa.

Na Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), também há problemas de analfabetismo entre os jovens. Segundo o diretor da escola, o pedagogo Fernando Gonçalves Mendes Júnior, a maioria dos internos que chegam a unidade do Tatuapé/SP têm alguma experiência escolar, mas não são totalmente alfabetizados.

Um levantamento feito durante o ano 2.000 mostra que 8,5 % do total de internos são analfabetos. Segundo reportagem realizada por Leonardo Werner Silva (Folha de S. Paulo, 27/03/2001), apesar das críticas e controvérsias que surgiram nos mais de 30 anos desde a sua criação, o método Paulo Freire de alfabetização é ainda um dos mais utilizados no Brasil. O pensamento do educador é utilizado tanto nas aulas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) quanto naquelas dadas por algumas universidades particulares do programa governamental Alfabetização Solidária. O método vigora até na Casa de Detenção do Carandiru/SP.

A coordenadora do programa Alfabetização Solidária da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Khatya Ayres de Godóy, acredita que o método é o que mais gera resultados em adultos.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 1921, em Recife /PE. Seu método ficou conhecido nacionalmente com o trabalho realizado na cidade de Angicos /RN, em 1963, onde Freire alfabetizou 300 trabalhadores rurais em 40 dias. Por isto, foi chamado por Paulo de Tarso Santos, Ministro da Educação do Presidente João Goulart, para fazer uma campanha nacional de alfabetização. Em 1960, 39,6 % dos brasileiros não sabiam nem ler, nem escrever.

Previa-se a instalação de 20 mil “círculos da cultura” para 2 milhões de analfabetos em 1964. Em 14 de abril o programa foi extinto pela ditadura militar. A técnica educacional crítica e com influência marxista incomodava os militares.

Ainda em 1964, Freire foi preso e obrigado a exilar-se na Bolívia e depois no Chile. Lá, Paulo Freire escreveu “Pedagogia do Oprimido”, obra que o consagrou em todo o mundo. O livro analisa o analfabetismo como meio de opressão e mostra o aprendizado como forma de transformação política. O educador morreu em 1997.

A pedagoga Natália de Souza Duarte, do Geempa (Grupo sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação)/RS, diz que o método está ultrapassado. Ela utiliza o método construtivista da psicóloga e pesquisadora argentina Emilia Ferreiro, que se baseia nas fases de desenvolvimento da criança, de Piaget.

Segundo, Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire em São Paulo, o próprio educador disse que seu método apresentaria diferenças se fosse elaborado após os estudos de Ferreiro. “Freire sabia que o método teria que mudar com a incorporação de novas conquistas da ciência”, afirma.

Difícilmente se encontrará no Brasil um entusiasta do método Paulo Freire como o pesquisador norte-americano Peter McLaren, 52. Professor da Faculdade de Estudos da Educação e Informação da Universidade da Califórnia, em Los Angeles e autor de “Multiculturalismo Revolucionário – Pedagogia do Dissenso para o Novo Milênio”. No livro, ele discorre sobre a pedagogia como agente de transformação social e conta seus encontros com Freire no Brasil, onde esteve mais de 12 vezes.

Para McLaren, escolas norte-americanas estão aplicando Paulo Freire, mas de maneira “domesticada”, desfazendo o potencial político do método.

O professor acaba de lançar nos EUA o livro: “Guevara, Freire e a Pedagogia da Revolução”, no qual reafirma a atualidade do método do educador brasileiro. “Os trabalhos de Freire funcionam como armas poderosas no esforço da libertação”, diz McLaren.

Acredito que o trabalho de Freire tem um potencial de ser um desafio aos direitos de propriedade privada e ao poder do capital. Seu método permite pensar as injustiças sociais relacionadas à educação. A pedagogia radical está no centro de uma prática revolucionária transformadora.

Nos Estados Unidos, muitos educadores decapitaram a política do seu trabalho. Eles usam o método para facilitar a produção de momentos de uma intersubjetividade crítica entre estudantes e professores. Frequentemente isso é feito sem atenção suficiente para questões da política econômica e da exploração do trabalho humano. Freire ficaria muito triste com esse mal uso da sua pedagogia.

A pedagogia freiriana hoje está presente no México, Argentina, Costa Rica, Taiwan, Austrália, Canadá, Finlândia e, lógico, no Brasil, países com os quais tive contato até o momento.

Interessei-me pelo método porque achei que os trabalhos de Freire funcionam como armas poderosas no esforço da libertação. A pedagogia freiriana pode ajudar a construir o conhecimento crítico necessário para esmagar os opressores. A estrutura da sociedade está na estrutura da experiência.

Sem ter vencido a batalha do analfabetismo o Brasil se vê diante de mais um desafio: o analfabetismo virtual, caso contrário poderá criar novos níveis de exclusão.

Conforme reportagem de Luis Renato Strauss (Folha de S. Paulo, 27/03/2001), no princípio a escrita era coneiforme, com os símbolos na forma de cunha aplicados em placas de argila. Depois, os egípcios criaram o ideograma e o rolo de

papiro, entre 4000 e 3000 a.C. Por volta de 1700 a.C., os fenícios iniciaram o desenvolvimento do alfabeto. No século XV desta era foi criada a imprensa. No início do século XXI, cerca de 25,1 % da população mundial ainda é analfabeta.

A partir de 1970, os primeiros computadores pessoais foram produzidos para consumo massivo. Em 1991, a rede mundial de computadores foi aberta para uso comercial. Existem hoje, na Internet, mais de 1,5 bilhões de páginas. Quase 2 milhões são adicionadas todos os dias. Cerca de 95 % da população mundial, porém, não participa da rede digital.

A informática é um novo estágio da comunicação entre os homens e da transmissão de conhecimentos e de informações. A revolução tecnológica implica também em mudanças em toda a ordem econômica. O analfabetismo digital já está desencadeando um tipo novo de exclusão social e de desigualdades entre os países.

De acordo com relatório da ONU (2001), os governos devem urgentemente aumentar o acesso à tecnologia. “A explosão do comércio eletrônico une pessoas, firmas e países cada vez mais, enquanto aqueles que não se incorporarem ficarão mais e mais marginalizados”, diz o relatório.

Para o Brasil, a urgência em alfabetizar digitalmente soma-se à dívida social com respeito à alfabetização convencional. São dois desafios que hoje se sobrepõem.

Atenta ao fato, uma organização não governamental do Rio de Janeiro, o Clube Curumim, está tentando vencer ambos os problemas num só lance. O Clube tem utilizado diretamente o computador para ensinar crianças e adultos a ler e escrever.

Em São Paulo, A Estação Ciência, centro de divulgação científica mantido pela USP, em parceria com o Cepeca – Centro de Estudo e Pesquisa da Criança e Adolescente, criou o Projeto Clicar, que desenvolve atividades pedagógicas em computador, para crianças de rua.

A preocupação do governo atinge diretamente as escolas públicas de Ensino Médio. Em 1997 foi criado o Proinfo (Programa Nacional de Informática na Educação), que até agora distribuiu 23,4 mil computadores em 3 mil das 12,5 mil escolas. A prioridade, até o momento, foi a criação das NTEs (Núcleos de Tecnologia Educacional). O objetivo deles é planejar e dar suporte técnico à incorporação da nova tecnologia nas escolas e principalmente à capacitação de professores. Foram instalados 244 NTEs em todo o país.

Até 2.002 serão investidos mais R\$ 1 bilhão para a compra de 25 mil aparelhos. O recurso virá do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) que recebe 1 % da arrecadação das operadoras de telecomunicação. Ao final do programa, serão 25 alunos por computador.

Marcelo de Carvalho Borba, professor da UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro/SP, é coordenador do Grupo de Pesquisa em Informática e outras Mídias, além de Educação Matemática e enfatiza a importância de manter uma educação continuada em informática, pois o mundo depende cada vez mais dela.

Borba aponta que a informática também reforça a educação política do cidadão, afinal o indivíduo pode acessar dados públicos e enviar correspondências eletrônicas diretamente aos responsáveis pela mídia e ao poder público.

O cenário brasileiro é ruim se comparado ao de países desenvolvidos. Somente 6 % dos lares possuem computadores e 1 % deles com acesso à Internet, informa um estudo da empresa de pesquisa em informática IDC – International Data Corporation, encomendado pela consultora internacional Ernst & Young.

Nos EUA, 52 % dos lares possuem computadores e 55,4 % deles ligados à rede, segundo a IDC. O Instituto de pesquisa Media Metrix indica que abaixo das classes A e B , nos dez maiores mercados brasileiros, apenas 14 % utilizam a Internet.

Em São Paulo, ainda há 1 milhão de pedidos de telefones fixos – chave para o acesso à rede mundial de computadores.

Crianças de rua seguem diariamente para a zona Oeste de São Paulo para ter acesso à informática. O endereço é a Estação Ciência, um centro de divulgação científica mantido pela USP – Universidade de São Paulo, que desenvolve em parceria com o Cepeca – Centro de Estudo e Pesquisa da Criança e do Adolescente, o Projeto Clicar, desde 1995.

O projeto é inteiramente dedicado às crianças de rua. Ele oferece atividades didáticas variadas, a maioria delas com computadores, adequadas ao nível educacional de cada aluno. Seis monitores acompanham a evolução do aprendizado nos 20 aparelhos disponíveis.

“Já estou montando a minha homepage”, diz o garoto John, de 13 anos, que costuma se corresponder por e-mail com norte-americanos, utilizando os mecanismos de tradução da Internet.

Das 900 crianças de rua que visitaram o espaço em 2.000, cerca de 42 % delas não estavam matriculados em nenhuma escola.

No Rio de Janeiro, Rita de Cássia Cordeiros, 37, juntou em 1997 a indignação de ver as condições precárias dos habitantes de sua comunidade a um computador velho e resolveu dar aulas de informática. A comunidade é a Júlio Otoni, em Santa Teresa, zona Sul. Alguns meses depois colocou no papel o projeto e o enviou ao CDI – Comitê para a Democratização da Informática, uma ONG, que o aprovou e forneceu sete máquinas, financiamento e capacitação dos monitores.

No princípio as aulas eram somente de informática, mas junto com os alunos vieram seus filhos. Um programa especial foi desenvolvido para eles: a alfabetização pelo computador. Na tela, utilizando aplicativos comuns, como o Word, as crianças mudam de tamanho ou cores, letras e palavras, que depois serão desenhadas no papel.

O curso duplo, digital e convencional, foi estendido aos adultos. Josefa Geralda da Silva, 41, mostra o resultado do programa: em 1999 fez o curso de alfabetização e já produz, no computador que adquiriu, panfletos para divulgar os doces e salgados que vende.

Balanco do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da última década, mostra dados significativos sobre a questão do analfabetismo. (Publicado pelo Jornal Folha de São Paulo de 05/04/2.001, Caderno Cotidiano, p. 1,4 e 5)

Sobre os resultados positivos, alguns indicadores como mortalidade infantil e alfabetização apresentam tendência inercial de melhora, independentemente da situação da economia e da orientação política.

Segundo Ari Cipola, o menor desenvolvimento se deu no Estado de Alagoas que é recordista em dois índices: mortalidade infantil e analfabetismo.

Em 1992, os analfabetos com 15 anos ou mais eram 35,6 % dos habitantes. Ao longo da década passada este número cresceu, ficando, em 1996 e 1997, em 36,2 %, caindo em 1999 para 32,8 %.

O Piauí, que em 1992 era o líder nacional de analfabetismo (36,8 %), passou em segundo lugar por ter chegado em 1999 com 31,8 %. O Maranhão, neste ano ficou com 28,8 %.

Nos três Estados, cinco em cada dez moradores são analfabetos funcionais – aqueles que estudaram, mas sabem escrever apenas o nome, por exemplo.

No Nordeste como um todo melhoraram as médias dos índices de analfabetismo e mortalidade infantil, mas todos estão muito acima da média nacional.

Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina encontram-se os melhores índices de analfabetismo. A taxa de analfabetismo funcional (definido pelo IBGE como a população que não completou a 4ª série do Ensino Fundamental) ficou abaixo de 20 % nesses três Estados e em Roraima e Distrito Federal. No Brasil, essa porcentagem foi de 29,4 % em 1999.

A maior taxa de analfabetismo funcional é de 79 %, entre os homens da zona rural do Piauí e a menor é de 14,4 %, entre as mulheres da área urbana no Distrito Federal.

O analfabetismo, em nível nacional, passou de 17,2 % em 1992 para 13,3 % em 1999.

Segundo Cândido Grzybowski, sociólogo e diretor do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais (Jornal Folha de São Paulo, Opinião, p. A3, 12/04/2.001), “Nossos filhos e netos se saem melhor que nós, mas, ao final, a estrutura social permanece igual. Abstraindo a história e só olhando de forma quantitativa – esse é, aliás, o perigo de tomar os indicadores em si mesmos, como números fora do contexto a cada 10, 20 ou 30 anos -, o perfil da população mudou bastante. Mas isso ocorre mais por força da lei da vida do que por opções políticas no sentido de construir uma outra sociedade, uma sociedade de mais dignidade humana e de mais liberdade”. E continua, “O velho Brasil teima em se preservar. Talvez por estar mais arraigado do que admitimos”.

Abstracts: The question of the illiteracy, today, continues being a problem not decided in the Brazilian society, especially the young and adult illiteracy. Although Brazil is among the biggest economies in the world, it have 15 million illiterates people 15 years old (this is the Chile population or three times the population of Israel). Ours children and grandsons are living better than us, but, at the end, the social structure remains equal. Abstracting the history and looking it quantitative view. This is, by the way, the danger to take the same

pointers in itself, as numbers are of context to each 10, 20 or 30 years -, the profile of the population moved sufficiently. But this occurs more for force of the law of life than for options politics in the direction to construct another society, a society of more human dignity and freedom.

Keywords: illiteracy, education, young and adult.

Referências Bibliográficas

ARANTES, A.A. O que é cultura popular. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CAMPOS, Maria Malta M. Escola e participação popular. In: Educação na América Latina. São Paulo, Cortez & Autores Associados. 1985.

CIPOLA, Ari. País não conseguiu deter desigualdade nos anos 90. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 05/abr./2.001 Cotidiano, p.1

FERNANDES, Reynaldo. Grau de Cobertura e Resultados Econômicos do Ensino Supletivo no Brasil. s.n.t.

FERREIRA, Francisco. Por que o Brasil é um país tão desigual? (no prelo)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1.983.

GRZYBOWSKI, Cândido. O Brasil que não muda. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12/abr./2.001, Opinião, p.A3.

MANOL, Carolina & VIANA, Diego – A mancha do analfabetismo. *Folha de São Paulo*, 7/mar./2.001 Cad. Esp. Trainee.

MEDEIROS, Marcelo. O analfabetismo no Brasil, sob o enfoque Demográfico. IPEA, 1999.

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF e Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília/DF, 1998.